

301.7
FOL

01/07

P.P.V. 88

P. 10. 23



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL

Departamento de Produção e Protecção Vegetal

Secção de Comunicação e Sociologia Agrária

Tese de Licenciatura

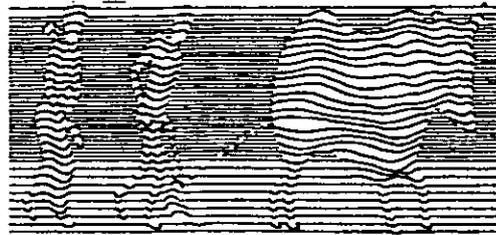
Participação Comunitária no Projecto Tchuma-Tchato



Supervisor: Engº Luis Artur (MSc)

Autor: Jorge Vidigal Fole

Maputo, Novembro de 2004



P.P.V. 88

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, António Fole e Maria da Glória Vidigal, já falecidos vítimas de Doença,
por tudo que fizeram para a minha formação.

Aos meus irmãos Tone e Natália um forte abraço

AGRADECIMENTOS

Para o meu supervisor, Eng^o Luis Artur pelo acompanhamento incansável que me prestou durante a supervisão, apoio moral, material dispensado, pela paciência e empenho para a efectivação do presente trabalho.

Estende-se para Eng^o Imed Falume e Dr. Samiro da DNFFB e aos Engenheiros Tiago Lidima e Luis dos Santos Namanha do Tchuma-Tchato pela ajuda em material bibliográfico e sua disponibilidade em colaborar.

Aos meus padrinhos António Francisco e Mariana Xavier pelo carinho, ajuda ao longo destes anos todos.

A todos os meus familiares, em especial aos meus tios Domingos Fole, Faustino, Barreto, Rita, Clara Nobre, Chica Nobre, Glória Nobre, Tone Nobre, aos meus primos Eng^o Victorino Rodrigues, Marcelino, dr^a Bina, Paulo Jorge, Didinha, Graça, Conceição, Zinha, Nanda, dr. Ruipa, Dinho, Nina, Naz, Kembo; aos meus sobrinhos Mitel, Delito, Salé, Glória, Helton, Nacinho, aos meus cunhados Abdala Assane e Herculano de Araújo.

Também vão os meus agradecimentos aos meus amigos César Carvalho, dr. Cônsul, Eng^o Chanito, Eng^o Abade, Mido, Elsinha, Eng. Amela, Estrela, Olança, dra. Leonor e outros que aqui não foram mencionados;

Especial agradecimento a minha namorada Cláudia Chuanita C. Maússe pelo apoio e Carinho ao longo destes anos todos.

Aos meus colegas, Eng^o Sixpence, Eng^o Dinheiro, Eng^o Govate, Razão, Eng^o Jackson, Eng^o Maganha, Eng^a Anatórcia Dinis entre outros.

Finalmente para os meus irmãos Natália, Paixão já falecida, Tone, Clara, Tina, Checho, Kely, Tony, Albertina, Memória, Preciosa.

RESUMO

O Maneio participativo de recursos naturais é hoje considerado uma área de referência em Moçambique. A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais tem sido reconhecido tanto pelo Governo como pelos projectos na área de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN) como elemento crucial para o sucesso de iniciativas viradas a gestão de recursos naturais.

O presente trabalho teve como objectivo, estudar a participação comunitária no projecto Tchuma-Tchato em Mágoè, na província de Tete. Para a efectivação deste trabalho usou-se a revisão bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e para tal foram entrevistadas 32 pessoas usando guiões, conversas informais e reuniões em grupo. Para além destes métodos, foram feitas observações para confrontar informações dadas. Os dados recolhidos a partir das entrevistas foram analisados usando coincidência de padrões e confrontação da teoria com a realidade encontrada no campo.

Os resultados do estudo mostram que as actividades do projecto são: capacitação das comunidades em matéria de conservação ambiental e dos recursos naturais; desenvolvimento comunitário; licenciamento dos operadores faunísticos, pescadores artesanais e exploradores de madeira; controlo e fiscalização de recursos naturais e, defesa de pessoas e bens. Os intervenientes nas actividades do projecto são: o Estado, a Comunidade, o sector privado e a Fundação Ford. A comunidade está organizada em Conselhos Locais de Conservação de Recursos Naturais (CLCRN) constituídos por 10 membros. O tipo de participação comunitária predominante nas actividades desenvolvidas pelo projecto é o colaborativa usando a tipologia de Biggs (1989) e, interactiva usando a tipologia de Pretty (1994). Em relação ao nível de controlo florestal e usando a tipologia de Arnstein (1969) enquadra-se na responsabilidade compartilhada. A participação que se verifica no estudo de acordo com Oakley (1992) é *como fim* porque tem se como objectivo desenvolver e alargar as capacidades da população rural, bem como jogar um papel crescente nas actividades de desenvolvimento. Há limitações para esta participação que incluem entre outras os conflitos internos e a diferenças de discursos dos políticos e do pessoal do projecto.

ÍNDICE

	Página
1. Introdução	1
1.1 Problema de estudo e justificação	2
1.2 Objectivo de estudo	3
1.3 Questões de estudo	3
2. Moldura teórica	5
3. Metodologia	15
3.1 Métodos de recolha de dados	15
3.2 Amostragem	16
3.3 Análise dos dados	17
3.4 Descrição da área de estudo	18
4. Resultados e Discussão	23
5. Conclusões	38
6. Recomendações	40
7. Bibliografia	42
Anexos	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escada de participação do Cidadão (Arnstein, 1969)	9
Figura 2 – Antiga Estrutura Orgânica do Projecto Tchuma-Tchato	23
Figura 3 – Actual Estrutura Orgânica do Projecto Tchuma-Tchato	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Níveis de participação comunitária segundo Biggs (1989)	7
Tabela 2 – Tamanho de amostra de acordo com Case (1990)	16
Tabela 3 – Principais espécies arbóreas existentes na Comunidade	19
Tabela 4 – Principais espécies animais existentes na Comunidade	20

ABREVIATURAS

CLCRN – Conselhos Locais de Conservação de Recursos Naturais

DDADR - Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DEC - Desenvolvimento económico comunitário

DDFFB – Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia

DPADR – Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural

FAEF – Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal

FAO – Food and Agriculture Organization

MADER – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MCRN – Maneio Comunitário dos Recursos Naturais

MISAU – Ministério da Saúde

MPF – Ministério de Plano e Finanças

NET – Núcleo de Estudo de Terra

ONG's - Organizações não governamentais

SPFFB – Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

1. INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, um crescente consenso tem surgido sobre a necessidade de experimentar novas maneiras de trabalhar com comunidades locais em esforços para melhorar o manejo de recursos naturais. Neste contexto estão surgindo novas formas de parceria entre governos de vários países, entidades não-governamentais (ONG's), instituições de pesquisa, e grupos comunitários locais. Essas novas experiências significam uma reformulação ampla das abordagens de conservação e desenvolvimento, com uma ênfase no aprendizado a partir da diversidade de iniciativas locais e na ligação dessas experiências a macro-políticas apropriadas (Schmink, 1999). O manejo de recursos naturais com envolvimento comunitário tem sido visto como opção viável de uso e aproveitamento de terras e também para um desenvolvimento rural seguro das áreas mais desfavorecidas de várias regiões (Foloma, sem data, citado por Dias *et al.*, 1998).

A presente pesquisa irá abordar a participação comunitária no projecto Tchuma Tchato, que é um projecto de gestão participativa dos recursos naturais que decorre na Província de Tete, no Distrito de Mágoè, onde são envolvidos as Comunidades Locais, Estado e Sector Privado Tchuma Tchato em línguas local, Achicunda significa “Nossa riqueza”.

Este projecto iniciou em 1994 através da Direcção Provincial de Florestas e Fauna Bravia (DNFFB), sendo implementado pelos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia (SPFFB). Antes do início do projecto, os recursos naturais da zona estavam sendo geridos pelo governo através da Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DPADR-SPFFB), que fazia a fiscalização e o controle de formas de uso dos mesmos. O governo Distrital através da Administração local e Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DDADR) faziam cobrança de licenças de exploração dos mesmos ao nível do Distrito. Por falta de capacidade institucional Distrital, a área foi palco de actividades ilegais praticadas quer pelas comunidades locais, quer pelos membros do governo, assim como por estrangeiros oriundos de países vizinhos (Namanha & Lidimba, Sem data, citados por Matakala & Mushove, 2001).

1.1 PROBLEMA DE ESTUDO E JUSTIFICAÇÃO

Actualmente em Moçambique, o maneio comunitário dos recursos naturais (MCRN) é aclamado como um dos possíveis meios efectivos para o Desenvolvimento Económico Comunitário (DEC) sustentável. Os projectos “Tchuma Tchato” em Tete e do Parque Nacional de Bazaruto em Inhambane, ambos virados para a gestão de recursos faunísticos no âmbito de conservação e desenvolvimento de eco-turismo, tornaram-se exemplos emblemáticos para os projectos de gestão comunitária em Moçambique (Mavaneke & Nwemnya, 1995, citado por Dias *et al.*, 1998).

Uma vez que a abordagem participativa na gestão de recursos naturais é bastante nova, o conceito participação da população local é um conceito vasto e amplo e há poucos estudos feitos sobre a participação da comunidade em projectos de gestão participativa de recursos naturais torna-se importante fazer-se estudos para poder tirar lições que ajudarão na melhoria das futuras intervenções participativas, sobretudo ligada à gestão de recursos naturais.

1.2 OBJECTIVOS DE ESTUDO:

Para a realização do trabalho e como forma de responder ao problema de estudo apresentado foram formulados os seguintes objectivos:

1.2.1 OBJECTIVO GERAL

- Estudar a participação comunitária no projecto Tchuma-Tchato em Mágoè

1.2.2 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar e descrever as actividades desenvolvidas pelo projecto;
- Identificar e descrever os intervenientes nas actividades desenvolvidas pelo projecto;
- Analisar a participação de cada interveniente no projecto;
- Identificar e analisar as principais limitações do projecto referente á participação comunitária.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

Para alcançar os objectivos de estudos formularam-se as seguintes questões de estudo:

1.3.1 PARA O PESSOAL DO PROJECTO

- Quais são os interesses/objectivos do projecto?
- Que actividades são desenvolvidas e como as mesmas são implementadas?
- Onde são implementadas e porquê nestas zonas?
- Como cada interveniente participa nas actividades?
- Quais são os pontos fortes e fracos da participação de cada interveniente?
- O que deveria ser feito para melhorar a participação dos interveniente?

1.3.2 PARA A COMUNIDADE LOCAL

- De que modo está organizada a comunidade local e quem a organiza?
- Como a organização local se liga ao projecto?
- Quais são as normas/regras que regem o uso dos recursos ao nível local?
- Que actividades são desenvolvidas ao nível local?
- Como é que participam nas actividades do projecto?
- Quais são os pontos fortes e fracos na participação?
- Como ultrapassar os pontos fracos?
- Que diferenças vê entre o período antes do projecto e actualmente?
- Qual é a opinião geral da comunidade sobre o projecto?

1.3.3 PARA O SECTOR PRIVADO

- Que actividades desenvolvem com o projecto?
- Como é que participam nas actividades?
- Quais são os pontos fortes e fracos na participação?
- Como ultrapassar os negativos?
- Que diferenças vê entre o período antes do projecto e actualmente?
- Qual é a opinião geral sobre o projecto?

2. MOLDURA TEÓRICA

PROJECTO TCHUMA-TCHATO

O projecto Tchuma Tchato foi criado em 1995 pelo diploma interministerial número 92/95 e, segundo este diploma o projecto tinha como objectivos os seguintes: (1) Promover a conservação dos recursos naturais na região; (2) promover a utilização sustentável dos recursos naturais; (3) envolver as comunidades locais na conservação e utilização dos recursos naturais; (4) minimizar conflitos sobre o uso e aproveitamento de terras e os seus respectivos recursos e (5) desenvolvimento comunitário da área do projecto (Mágoè e Zumbo).

Antes de Tchuma Tchato a exploração dos recursos naturais desta zona era feita por uma companhia de safaris (Safaris de Moçambique), que “comprava” licenças de exploração ao nível nacional junto a DNFFB. A companhia Safaris de Moçambique instalou uma rede de fiscalização muito forte com o intuito de proteger a exploração desordenada dos recursos, o que aumentou os conflitos entre a companhia, as comunidades locais e o governo local.

As taxas que eram cobradas a esta companhia pela exploração dos recursos não eram distribuídos nem ao nível do governo local nem as comunidades. Elas eram canalizadas ao governo central no Maputo através do Ministério das Finanças.

Com a implementação do projecto, o governo central reconhece o papel das comunidades locais na gestão dos recursos naturais. Para uma participação mais activa na gestão são criados os Concelhos Locais de Conservação dos Recursos Naturais (CLCRN). Para que os recursos beneficiem de forma directa as comunidades, o diploma acima referido 92/95 determina que, 33% das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais sejam canalizadas para as comunidades locais, 33% para os governos distritais (Mágoè e Zumbo) e 34% para os cofres do governo central. O explorador não se beneficia de forma directa na divisão mas beneficia-se através dos seus serviços com os turistas.

Em Março de 2003 o diploma sofreu alterações e determinou-se que as comunidades locais permanecem com os 33%, e como o projecto não tinha nenhum benefício e não era sustentável passou a ter 32%. As administrações Distritais passaram a ter 20% e, 15% para o Fundo Nacional de Turismo. Deste modo, ficou reduzido o valor para os distritos e para o governo central.

CONCEITOS SOBRE PARTICIPAÇÃO

Nesta secção apresentam-se as diferentes formas de participação e conceitos a eles ligados encontrados na literatura e que ajudaram a desenvolver a pesquisa.

Participação

Participação é um termo usado de diferentes maneiras com diferentes significados. Participação pode variar desde estar apenas informado, receber benefícios materiais, até o empoderamento através da participação completa na tomada de decisões e gerenciamento do projecto (Schmink, 1999).

Participação comunitária

Participação comunitária é entendida como verdadeira partilha na tomada de decisões entre o poder e a comunidade ou descentralização completa da autoridade decisória, do poder central para o poder local, (Matakala, sem data, citado por Dias *et al.*, 1998).

Segundo Madope (1996), a filosofia de participação comunitária na gestão de recursos naturais constitui um procedimento essencialmente sociológico que assenta em certos pressupostos, nomeadamente:

- A ampla disponibilidade de recursos naturais na região de implementação do projecto;
- Conhecimento e valorização de recursos naturais pela comunidade;
- Nível de desenvolvimento sócio-económico que possa ser melhorado a partir de benefícios derivados da utilização de recursos naturais;
- Assentamento populacional;
- Áreas marginais a agricultura e pecuária;
- Dispositivos legais que reconheçam áreas comunitárias de gestão de recursos naturais e;
- Dispositivos legais que assegurem o retorno de benefícios sem prejudicar a política fiscal do Estado.

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

Vários autores distinguem diferentes níveis de participação comunitária. Biggs (1989) citado por Artur (1999) considerou quatro níveis de participação em intervenções participativas, apresentadas na tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Níveis de participação comunitária segundo Biggs (1989)

Modo de participação	Objectivo
Contratual	Os beneficiários são contratados pelo projecto para providenciarem serviços.
Consultivo	O projecto consulta aos beneficiários sobre problemas e depois desenvolvem soluções.
Colaborativo	O projecto e os beneficiários colaboram como parceiros no processo da intervenção.
Colegial	O projecto trabalha para o fortalecimento dos beneficiários.

Por outro lado Pretty (1994) citado por Sechene (2001) classifica a participação em sete níveis:

- 1- **Participação informativa** – a comunidade limita-se a responder às questões colocadas pela equipa da intervenção e não tem oportunidade de se expressar.
- 2- **Participação passiva** – este tipo de participação é unilateral. A agência de intervenção limita-se a dizer a comunidade o que se pretende fazer ou está acontecendo sob administração do projecto.
- 3- **Participação informativa** – a comunidade limita-se a responder às questões colocadas pela equipa da intervenção e não tem oportunidade de se expressar.
- 4- **Participação Consultiva** – a comunidade é consultada mas não tem oportunidade de tomar decisões.

- 5- **Participação por incentivos materiais** – a participação é feita em troca de recursos materiais.
- 6- **Participação funcional** – a comunidade participa na formação dos grupos de trabalho para alcançar os objectivos pré-determinados. A comunidade não está envolvida no processo de planeamento sendo que a maior parte das decisões são tomadas pelo projecto.
- 7- **Participação interactiva** – a comunidade participa na análise que conduz aos planos de acção e fortalecimento das instituições locais existentes. O grupo leva o controle sobre as decisões locais e a comunidade mantém as estruturas e práticas locais.
- 8- **Auto-mobilização** – a comunidade participa na tomada de iniciativas independentemente das instituições locais ou externas para mudanças sistemáticas. A comunidade desenvolve contactos com instituições externas para obter conselhos sobre técnicas que necessita, mas mantém o controle sobre como os recursos são usados.

Oakley (1992) citado por Artur (1999), usou uma forma de diferenciação que distingue *participação como meio e participação como fim*.

Participação como meio implica a participação para conseguir certos objectivos pré-definidos; neste caso a participação é como um pequeno exercício. A população local é mobilizada, é directamente envolvida nas actividades, mas, a participação evapora logo que as actividades são completadas.

Participação como fim é um conceito completamente diferente. Aqui a participação é considerada como um processo que desdobra-se todo o tempo, e cujo o propósito é desenvolver e alargar as capacidades da população rural. Como um processo, não tem objectivos pré-determinados ou direccionados; é uma forma activa e dinâmica de participação que capacita a população rural a jogar um papel crescente nas actividades de desenvolvimento.

NÍVEIS DE CONTROLE COMUNITÁRIO

Matakala (1998), define que, a nível florestal as comunidades pode ter diferentes níveis de controle dos recursos. Este pode variar de controle “completo” (responsabilidade total), controle “compartilhado” (responsabilidade compartilhada), a muito pouco controle (responsabilidade de aconselhamento).

A escada de participação de Arnstein (1969) citado por Matakala (1998), que abaixo se apresenta, fornece um valioso quadro para se perceber o grau de participação da comunidade/cidadão na tomada de decisão. Os mais baixos níveis de **manipulação e terapia** representam a não participação. Os níveis seguintes **informando, consulta e pacificação** envolvem graus de assistência passiva, e por último os níveis **parceria, poder delegado e controle do cidadão**, representam os graus do poder real de cidadania na tomada de decisões.

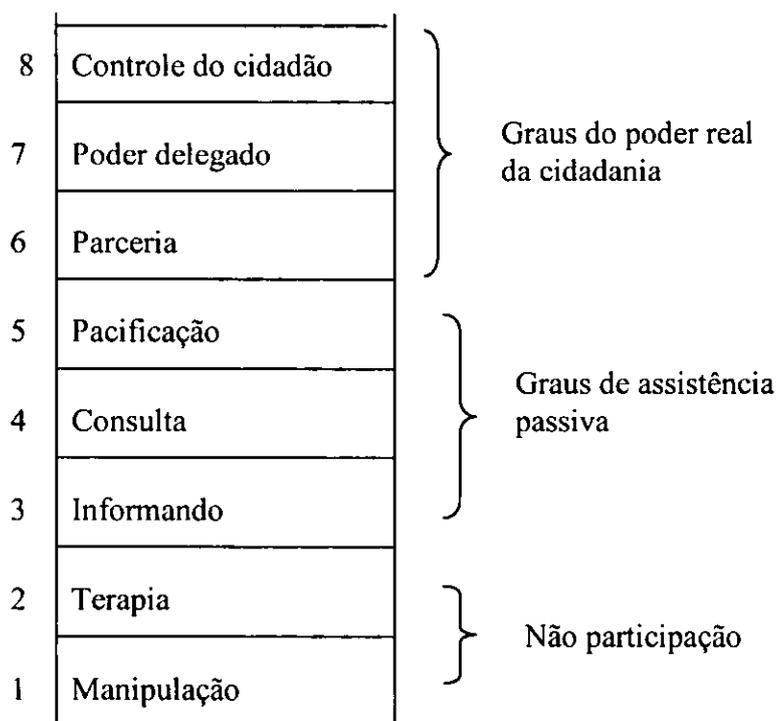


Figura 1: A escada de participação do cidadão (Arnstein, 1969)

Segundo Arnstein (1969) citado por Matakala (1998) os diferentes níveis acima apresentados na escada têm os seguintes significados:

- 1- **Manipulação** – os cidadãos são deliberadamente incutidos pelos “detentores do poder” a acreditar que a sua opinião conta.
- 2- **Terapia** – os cidadãos são vistos como o problema e os detentores do poder entenderam os problemas através de soluções terapêuticas (para acalmar os doentes) que não resolvem os problemas em si.
- 3- **Informando** – os cidadãos são informados das decisões tomadas pelos detentores do poder. A comunicação é apenas unilateral, dos com poder para os sem poder.
- 4- **Consulta** – os cidadãos são consultados pelos detentores do poder antes da tomada de decisões. Todavia, se as opiniões dos cidadãos não se convertem em acções, a consulta é simplesmente um acto de “enfeitar a janela” que nada significa em termos de participação pública genuína.
- 5- **Pacificação** – os cidadãos são realmente envolvidos na tomada de decisões. Contudo, a participação do cidadão a este nível continua como assistência passiva no sentido de que o poder simplesmente usa-o para atrasar, adiar, ou manter grandes decisões por iludir o público.
- 6- **Parceria** – os cidadãos igualmente compartilham as responsabilidades de tomada de decisões com os detentores do poder.
- 7- **Poder delegado** – os cidadãos são delegados poderes de tomada de decisões sob direcção de uma agência governamental relevante. Aqui, um corpo de cidadãos ou uma agência local de maneio passa a ser semi-autónimo.
- 8- **Controle pelo cidadão** – os poderes de tomada de decisões são completamente devolvidos aos níveis locais.

CONCEITOS SOBRE MANEIO DE RECURSOS NATURAIS

Recursos naturais podem ser definidos como sendo todos os bens que a natureza oferece e o que o Homem pode usar (Negrão *et al.*, 1996, citado por José, 2000).

Maneio Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN) é definido como o controlo, uso e gestão legitimado e regulado dos recursos naturais pelas comunidades locais para o seu próprio benefício e sustentabilidade dos recursos a longo termo (Matakala, 1998).

Comunidade refere-se a grupos heterogêneos de pessoas que compartilham residência no mesmo espaço geográfico e com acesso a um mesmo conjunto de recursos naturais locais. O grau de diferenciação e coesão social, de poder das instituições e crenças comuns, de diversidade cultural e de outros factores varia amplamente dentro e entre as comunidades (Schmink, 1999).

Instituições são conjuntos de regras e normas formais e informais que condicionam as interações dos seres humanos entre si e com a natureza (Schmink, 1999).

Princípios Fundamentais para o Maneio Comunitário de Recursos Naturais.

Segundo Murphree (2001), existem sete princípios fundamentais de Maneio de Recursos Naturais:

- 1- O maneio efectivo dos recursos naturais é alcançado dando maior enfoque à aqueles que vivem com os recursos;
- 2- Aqueles que vivem com os recursos e sofrem os efeitos dos mesmos devem ser os principais beneficiários na gestão;
- 3- O controle do acesso e benefício deve ser determinado através daqueles que vivem com os recursos;
- 4- Os recursos naturais devem ser reconhecidos com os seus próprios direitos sendo como eles os mais integrantes componente viável e prioritário das políticas de uso e aproveitamento de terra;

- 5- Para criar incentivos na gestão sustentável dos recursos naturais ao nível comunitário, a autoridade ou responsabilidades de gestão devem ser devolvidos para as instituições comunitárias;
- 6- O papel do conhecimento tradicional das comunidades e outros aspectos culturais na gestão e manejo dos recursos naturais é necessário que sejam reconhecidos e desenvolvidos;
- 7- O papel da mulher é importante para o alcance da gestão e uso sustentável dos recursos naturais. A mulher deve ser integrada na elaboração, desenvolvimento e implementação do manejo integrado dos recursos naturais ou nos Programas de manejo dos recursos.

DIFERENTES EXPERIÊNCIAS DA GESTÃO COMUNITÁRIA DOS RECURSOS NATURAIS.

O projecto Campfire é um dos primeiros projectos de gestão participativa dos recursos naturais implementado em Africa. Funciona no Zimbabwe desde os anos 70, em que o governo descentalizou o poder de decisão na exploração dos recursos permitindo a participação da comunidade local (Campfire Annual Report, 1993).

As actividades do Campfire conta com vários parceiros: Departamento Nacional de Parques que é responsável pela formação de fiscais; Zimtrust que faz a promoção de actividades turísticas; ONG's que fazem a capacitação das comunidades; e , a comunidade.

Experiência idêntica ao Tchuma Tchato esta a acontecer na Província de Maputo no Distrito de Matutuine, na área de Licuati, que é o Projecto de Gestão Comunitária de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural. Este projecto surge para reduzir explorações ilegais, indiscriminadas e massivas dos recursos florestais naquela região. Deste modo foram treinados Agentes Comunitários (AC), para complementar a acção dos fiscais do estado, agentes estes que tiveram uma formação local pelos técnicos dos SPFFB (Borges & Santaca, sem data, citado por Magane e Banze 2001). Os AC tem a função de vigilância, denúncia e captura de produtos ilegais, usando como instrumentos legais a Lei de florestas e fauna bravia. Segundo a mesma fonte, com os agentes comunitários, a exploração ilegal e

indiscriminada baixou consideravelmente assim como a comunidade ganhou a consciência sobre a importância dos recursos naturais. Os agentes comunitários não tem remuneração.

Outros projectos semelhantes estão acontecendo nas províncias de Inhambane e Gaza no Parque nacional de Zinave e no Niassa. Nas províncias de Inhambane e Gaza, está a ser implementado no Parque nacional de Zinave que abrange as duas províncias, o projecto de desenvolvimento comunitário “Bindzo”, que surge como parte do programa de áreas de conservação transfronteira. Começou a ser implementado em 1999, com o objectivo de capacitar as comunidades locais na conservação dos recursos naturais, fazer a gestão do parque e, promoção de actividades de desenvolvimento e de rendimento com base nos recursos naturais (Vicente, sem data, citado por Magane e Banze, 2001).

Em relação a este projecto, formaram-se facilitadores comunitários locais em matéria de aspectos ecológicos do parque e, sobre a importância e o valor dos recursos naturais. Os facilitadores tem o papel de servirem de elo de ligação entre o projecto “Bindzo” e as comunidades locais. Segundo a fonte acima, foram estabelecidas boas relações entre o projecto e as comunidades, para além de reconhecimento e consciencialização por parte da população local sobre a importância da região onde vivem e do valor dos recursos naturais. Os facilitadores comunitários são assalariados.

Na Província de Niassa esta a decorrer no distrito de Sanga nos postos administrativos de Matchedge e Macologe, o projecto “Chipange Chetu” que é um projecto de gestão dos recursos naturais. Teve o seu inicio em 1998 mas, as actividades no campo começaram em 1999 (Abacar, sem data, citado por Magane e Banze 2001). Neste projecto, para garantir o controlo efectivo do uso e acesso aos recursos naturais e controlo dos habitantes foram criados a semelhança do projecto Licuati, Agentes Comunitários (AC). De acordo com a fonte, os agentes deviam ser do sexo masculino com idade compreendida entre 25 a 35 anos. As funções dos agentes comunitários são à semelhança ainda de Licuati, de fiscalizar a utilização dos recursos naturais, sensibilização das comunidades sobre a importância dos recursos naturais e a maneira da sua utilização para além de fazerem a disseminação da Lei de Florestas e Fauna Bravia. Paralelamente a isso eles fazem o monitoramento do estado dos recursos naturais e dos estragos causados pelos animais, recolha de armas e trofeus junto as comunidades.

Durante as suas funções os agentes comunitários usam como instrumentos legais, a Lei de Florestas e Fauna Bravia, regras costumeiras e regulamentos interno dos comités de gestão. Eles trabalham em estreita ligação com os fiscais do estado e, os agentes comunitários são assalariados.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a metodologia usada para a efectivação do presente trabalho. Ela inclui os métodos de recolha onde foram usadas entrevistas semi-estruturadas, conversas informais, observação directa e reuniões em grupo. Aborda-se igualmente as técnicas de amostragem usadas para selecção dos entrevistados que neste caso foi amostragem de bola de neve e amostragem aleatória simples. Para a análise dos dados foram usadas a coincidência de padrões e confrontação da teoria e diferentes estudos similares com o presente estudo. Também descreve-se a área de estudo onde fala-se das estruturas administrativas, recursos naturais, infra-estruturas e actividades económicas. Abaixo se descreve com mais detalhes os elementos acima apresentados.

3.1 MÉTODOS DE RECOLHA DE DADOS

Para a recolha de dados foram usadas as seguintes técnicas:

Entrevistas semi-estruturadas

Entrevista semi – estruturada é o tipo de entrevista que usa guiões previamente elaborados (Pijenburg & Cavane, 1998). Foram elaborados guiões para a entrevista com o pessoal do Projecto Tchuma Tchato, comunidade, informantes chave e outros intervenientes que trabalham com o projecto (ver anexo 1). Para tal, foram entrevistadas 3 pessoas que fazem parte do pessoal do projecto em Tete, 22 pessoas da comunidade em Daque, 4 informantes chave em Daque e por último 3 pessoas da empresa Africa Hunt and Tour também em Daque, totalizando 32 pessoas entrevistadas.

Conversas informais

Para o enriquecimento do relatório e para situações em que não era possível o uso de guiões como por exemplo pessoas que se mostravam muito “fechadas”, fez –se o uso de entrevistas sem guiões.

Com este método foi possível falar de assuntos mais “delicados e íntimos” ligados a participação comunitária, como por exemplo mau comportamento de alguns membros da comunidade e do projecto.

Todas as entrevistas tanto semi-estruturadas como informais foram feitas individualmente. Por questões de ética, os objectivos das entrevistas foram previamente explicados aos entrevistados, incluindo a importância da sua colaboração.

Observações directas no terreno

A observação directa foi feita como forma de reforçar algumas respostas dadas pelos entrevistados e validar esta informação. Sempre que alguma informação fosse observável, recorria-se a esta técnica. Com a observação foi possível confirmar certos factos como é o caso de benefícios de advém da gestão dos recursos naturais, e a existência de recursos como hipopótamos, elefantes, peixes.

Reuniões em grupo

Foram feitas duas reuniões em grupos com 12 fiscais comunitários no acampamento do projecto Tchuma Tchato em Daque, que permitiu perceber a dinâmica de funcionamento do projecto.

3.2 AMOSTRAGEM

Quanto ao número dos entrevistados (tamanho da amostra) usou-se Case (1990) que sugere o quadro abaixo.

Tabela 2: tamanho de amostra de acordo com Case (1990)

População total	Amostra Sugerida	Percentagem
100	15	15%
200	20	10%
500	50	10%
1000	50	5%

Daque segundo o líder comunitário tinha cerca de 250 famílias, número este que apoiando-se da tabela de Case calculou-se o tamanho da amostra baseado em 10% da população total sendo: $250 * 0,1 = 25$. A esta amostra sugerida pelo Case foram acrescentados 7 entrevistados, totalizando 32 entrevistados, como foi descrito acima.

Daque é uma localidade que está sendo repovoada, pois, com a guerra muitas famílias deslocaram-se, razão pela qual um baixo número de famílias.

Seleccção dos entrevistados

Para a selecção dos entrevistados utilizou-se os seguintes métodos de amostragem:

Amostragem de bola de neve (Snowball Sampling): é uma estratégia que consiste em procurar aprofundar determinado assunto com a pessoa mais informada-informante chave, (Patton, 1990). Esta técnica usou-se em alguns casos de entrevistados que depois da entrevista indicavam alguém que podia esclarecer melhor determinados assuntos.

Amostragem aleatória simples consiste em atribuir a cada elemento da população um número único para depois seleccionar alguns desses elementos de forma casual. No caso deste estudo seleccionaram-se casas de forma salteada que variavam de 3 a 5 casas.

3.3 ANÁLISES DOS DADOS

Para a análise de dados foi usada:

- a) Coincidência de padrões (pattern matching) – este método envolve a junção de respostas similares, explicação das diferenças e tirar conclusões relevantes de análise das respostas (Matakala, 1998), citado por Artur (1999).
- b) Confrontação da teoria, estudos similares com o presente estudo – com este método procura-se fazer a comparação entre as teorias aqui apresentadas por diversos autores e estudos similares sobre gestão comunitária com os dados obtidos na pesquisa.

3.4 ÁREA DE ESTUDO

DESCRIÇÃO GERAL

O estudo foi realizado na Província de Tete, no Distrito de Mágoè, no Posto Administrativo de Mphende na Localidade de Daque. O Distrito de Mágoè localiza-se a Oeste da Província de Tete, na margem Sul do Rio Zambeze e faz fronteira a Norte com os Distritos de Zumbo e Marávia, a Este com o Distrito de Cahora Bassa, a Sul com a República do Zimbabwe e a Oeste com a República da Zâmbia. O Distrito de Mágoè compreende três postos administrativos: Mphende sede com três localidades; Mucumbura, com duas localidades e, Chinthopo com três localidades.

Mágoè sofre de surtos de pragas e doenças das plantas. A população cultiva em média 1ha por família. As principais culturas são: milho, mexoeira, amendoim e feijão nhemba. A disponibilidade de alimentos de base da própria produção diminui nos meses de Setembro a Março, principalmente para famílias pobres. Nos mercados sempre têm alimentos de base a venda da produção local ou do Zimbabwe (MISAU/MPF 1997).

DAQUE

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Na localidade de Daque existe uma estrutura administrativa formal que é constituída por líder comunitário, presidente da localidade, secretários dos bairros, chefes de 50 casas e chefes de 10 casas (anexo 3). A localidade tem três bairros e igual número de secretários dos bairros, três chefes de 50 casas e quinze chefes de 10 casas.

RECURSOS NATURAIS

Das entrevistas realizadas durante a pesquisa constatou-se a existência de recursos naturais na área de estudo. Os recursos que aqui se apresentam nas tabelas incluem espécies arbóreas e animais, para além dos Rios Zambeze e Daque (Ver anexo 2).

Tabela 3: Principais espécies arbóreas existentes na comunidade

Nome Científico	Nome local	Nome Comercial
<i>Cordyla africana</i>	Ntondo	Mutondo
<i>Azelia quanzensis</i>	Njenjema	Chanfunta
<i>Adansonia digitaria</i>	Mulambe	Embondeiro
<i>Sclerocarya birrea</i>	Mfunla	Canho
<i>Colophospermum mopane</i>	Missanya	Mopane
<i>Phragmites australis</i>	Mitete	Caniço
<i>Ziziphus mauritiana</i>	Massaú	Massaniqueira
<i>Tamarindus indica</i>	Nsica	Tamarinho

Fonte: Entrevistas, 2003

Tabela 4: Principais espécies animais existentes na comunidade

Nome Científico	Nome local	Nome Comercial
<i>Lexodonta africana</i>	Nzó	Elefante
<i>Hippotamus amphibius</i>	Nvú	Hipopotamo
<i>Phantera leo</i>	Mbondolo	Leão
<i>Oreochromis mossambicus</i>	Ntsomba	Peixe
<i>Hepycerus melampus</i>	MBauala	Impala
<i>Phantera pardus</i>	Nhalugue	Leopardo
<i>Syncerus niger</i>	Mphalapala	Pala-pala
<i>Crocodylus niloticus</i>	Nhacoco	Crocodilos
<i>Syncerus caffer</i>	Nhati	Búfalo
<i>Ichthophis glutinous</i>	Nhoca	Cobra

Fonte: Entrevistas, 2003

Dos principais recursos naturais na comunidade de Daque, existem aqueles que são mais explorados pela comunidade local como é o caso de peixes, lenha e estacas acima descritos nas tabelas 3 e 4, e existem aqueles que segundo 13 entrevistados referiram que cria-lhes desgraça como é o caso de elefantes e hipopotâmos que quando invadem nas machambas das populações dizimam as culturas.

INFRA-ESTRUTURAS

As principais infra-estruturas existente em Daque são:

Escola: O Distrito de Mágoè tem vinte e sete (27) escolas, sendo vinte e três (23) Escolas Primárias do 1º Grau, três (3) Escolas Primárias do 2º Grau e uma (1) Escola Secundária que lecciona até 10ª classe.

Em Daque onde o estudo se realizou existe uma escola Primária completa que lecciona de 1ª classe até 7ª classe, com quatro (4) salas de aulas e dois gabinetes, sendo um gabinete do Director da escola e o outro da secção pedagógica. Para além das quatro salas de cimento existem mais duas salas construídas de material local. Para caso de continuação dos estudos os alunos deslocam-se para a sede do distrito ou para outros distritos como é o caso de Cahora Bassa.

Hospitais: O distrito tem sete (7) unidades sanitárias, sendo uma localizada em Daque que presta o serviço dos primeiros socorros e casos que não requerem grandes intervenções como a malária, tosse, diarreia.

Loja: Em Daque existe uma loja que encontra-se fechada desde 1998 os únicos estabelecimentos comerciais que funcionam em Daque são bancas e barracas.

Igreja: Existe uma igreja católica, que durante a semana não funciona isto é de 2ª feira a 6ª feira, abrindo as portas para os seus crentes aos sábados e domingos. O paróco da igreja vive na sede do distrito.

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

As principais actividades económicas em Daque são:

- Pesca artesanal – Daque situa-se perto da albufeira de Cahora Bassa, onde se encontra o rio Zambeze (vide o anexo 3). Esta deve ser a razão pela qual esta actividade é muito praticada. O peixe serve para consumo e venda, a venda é feita de duas maneiras: Fresco e seco, apesar que a segunda forma passa por um processo de transformação (dissecação) que leva mais ou menos duas a três semanas, para depois ser vendido.
- Criação de animais (gado bovino, gado caprino, porco e aves) – esta actividade é desenvolvida pela comunidade de Daque, que constitui parte da sua poupança. Em certos casos usa-se para pagar algumas necessidades enfrentadas no seio da família, como pagamento de propinas nas escolas, compra de vestuário, sabão, óleo e sal.
- Agricultura – Como forma de garantir a alimentação de suas famílias, esta é uma actividade base para as famílias de Daque, e que cada uma delas tem uma porção de terra para seu auto-sustento que varia de 0,2 a 0,3 ha. Deste modo as famílias

cultivam milho, mapira, mexoeira e feijão nhemba e outras culturas predominantes na região.

- Comércio (negócio informal) – o comércio informal começou a ganhar expressão depois da guerra civil. A loja existente encontra-se fechada porque o proprietário deixou de exercer as suas funções como comerciante em Daque, no princípio da guerra. Neste momento funcionam barracas e bancas que fornecem produtos de primeira necessidade a comunidade de Daque.

Das actividades económicas acima citadas as que mais trazem rendimentos de acordo com as entrevistas são a pesca, seguida da agricultura/venda dos seus excedentes. Com estas actividades os entrevistados conseguem comprar outros bens de consumo como por exemplo óleo e sal.

3.5 LIMITAÇÕES DO TRABALHO

- Pouca literatura relacionada com assunto.
- Problemas de línguas que mesmo com o interprete havia distorção da informação.
- Falta de meio de transporte, que obrigava o pesquisador a percorrer grande distância de bicicleta mais de 20 KM por dia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa. A apresentação será detalhada a volta dos objectivos específicos definidos e procurando responder a questões chave definidas.

4.1. PROJECTO TCHUMA TCHATO

4.1.1. ESTRUTURA ORGÂNICA E SEU FUNCIONAMENTO

O projecto Tchuma Tchato, na altura de sua criação funcionava dentro dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia, da Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e, as suas actividades eram financiadas pela fundação Ford. Nesta altura o organigrama do projecto era o abaixo apresentado.

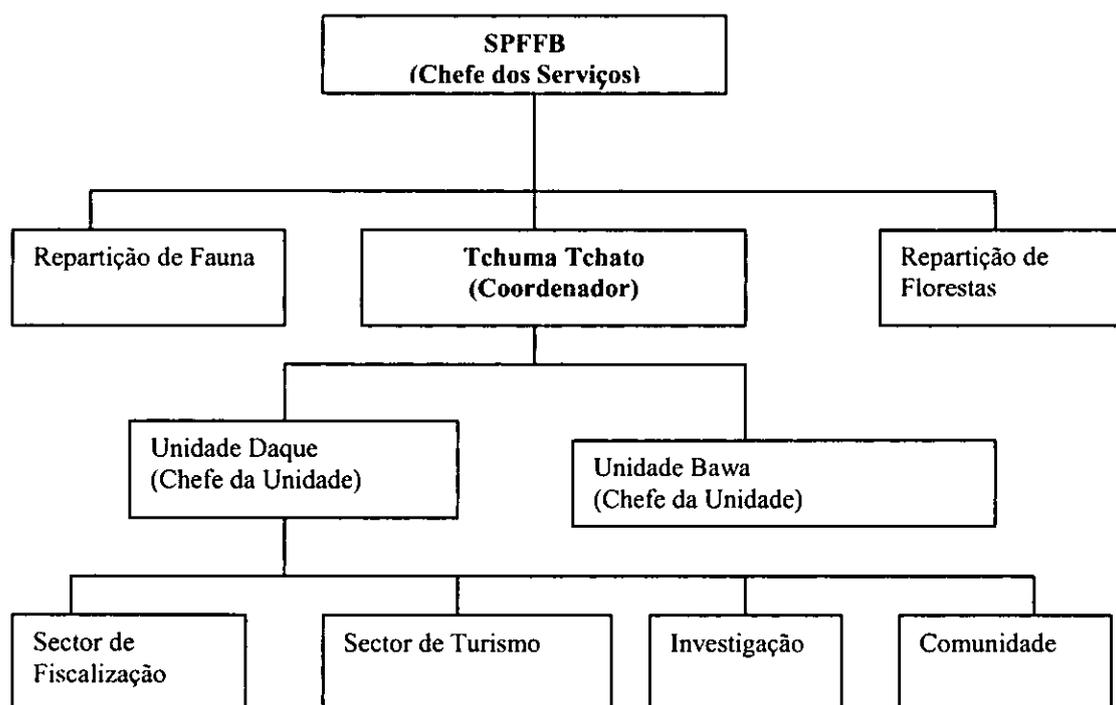


Figura 2: Antiga Estrutura Orgânica do Projecto Tchuma-Tchato

Olhando para a antiga estrutura orgânica nota-se que para o seu funcionamento seguia-se uma certa hierarquia e, era de certa forma muito pesada em termos de responsabilidades para os chefes das unidades porque comportava 4 componentes nomeadamente o sector de

fiscalização, sector de Turismo, Investigação e Comunidade todos eles sub responsabilidade de uma única pessoa. Apesar de pesado o projecto conseguia manter um bom funcionamento sobretudo devido a existência de fundos que eram doados pela fundação Ford. O nível de participação comunitário nesta altura era muito fraco sendo marcadamente uma participação passiva baseada apenas na consulta e não na tomada de decisões.

Actualmente o projecto Tchuma-Tchato funciona na Direcção Provincial de Turismo, e, a sua estrutura orgânica difere de certo modo da anterior como pode-se ver na Figura abaixo. Para o seu funcionamento já não conta com o apoio da fundação Ford que terminara o seu contrato de assistência mas, conta com o orçamento do estado.

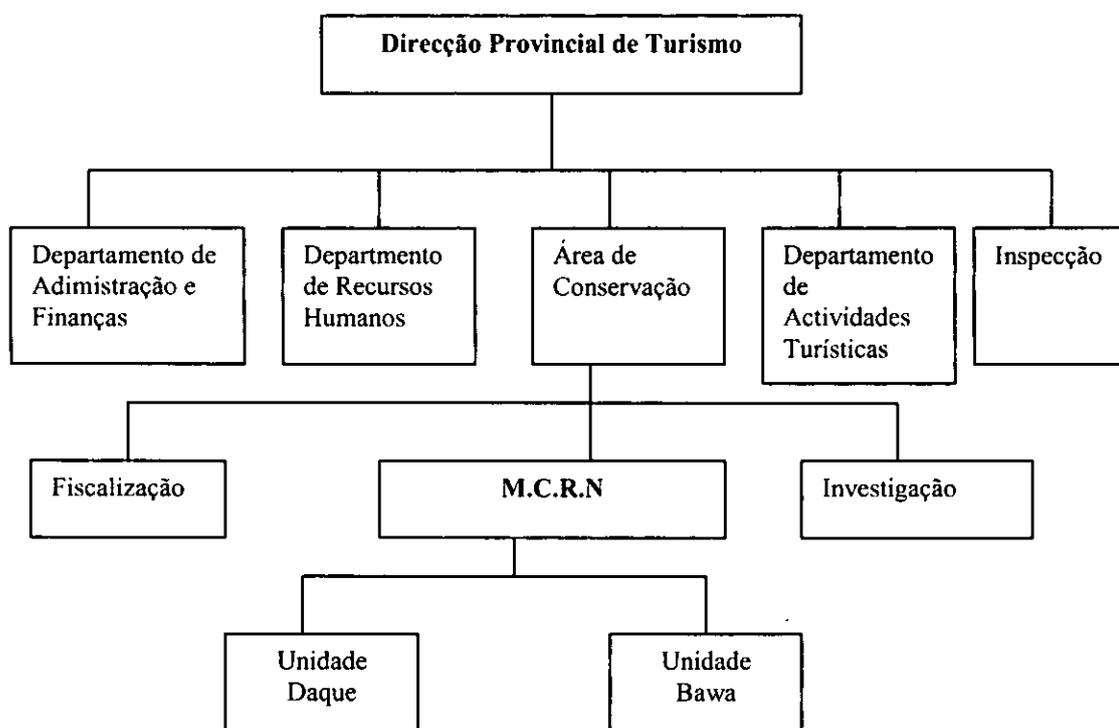


Figura 3: Actual Estrutura orgânica do Projecto Tchuma-Tchato

Na estrutura actual, o projecto conta com o Director Provincial que é o coordenador do Projecto e os chefes das diferentes repartições e departamento. Pode-se ver que o Tchuma-Tchato encontra-se na área de conservação concretamente no Maneio Comunitário dos Recursos Naturais. A estrutura é simples ou seja não é pesada comparada com a anterior pois já não é mais uma única pessoa a responder por 4 áreas. A participação comunitária actual será detalhada mais adiante quando se abordar as actividades que estão sendo desenvolvidas na área de estudo e como a comunidade participa nelas.

4.1.2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS, SEU IMPACTO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Antes de se debruçar sobre as actividades desenvolvidas pelo projecto ao nível local e como a comunidade participa, apresenta-se primeiro a maneira como a comunidade está organizada de forma a facilitar a interacção com o projecto.

Organização da comunidade

De modo a facilitar os trabalhos com o projecto foram formados os Conselhos Locais de Conservação dos Recursos Naturais (CLCRN) que tem a função de permitir que haja uma participação da comunidade na tomada de decisões sobre o controle e a gestão dos recursos locais. Os conselhos formados são:

- 1- Conselho Superior local que é um órgão supremo com um papel de monitoramento e avaliação de todos projectos dos conselhos locais. Fazem igualmente o controlo financeiro e tomam a última decisão sobre todos os aspectos que dizem respeito à ligação projecto- comunidade. Normalmente são os representantes da comunidade em fóruns externos. Este conselho é formado por 2 pessoas ambas de sexo masculino que igualmente fazem parte do conselho local e, encontram-se sempre que se achar necessário.
- 2- Conselho Local- este órgão é o executivo comunitário e que está directamente ligado com o dia a dia das actividades do projecto. Tem a função de controlo e supervisão dos projectos locais colaborando na fiscalização com líderes comunitários e fiscais do projecto. O conselho local é constituído por 10 membros que são eleitos democraticamente pela comunidade, sendo constituído pelo Presidente, Vice-presidente, Secretário e tesoureiro. Os restantes membros são responsáveis pelas diferentes áreas (queimadas, exploração madeireira, exploração turística e de conservação). O presidente e o vice-presidente constituem o conselho superior.

É igualmente tarefa do conselho local escolher os fiscais comunitários que em princípio são “filhos” da zona para trabalharem na componente fiscalização no projecto Tchumatcato. Para além de trabalharem como fiscalizadores estes elementos escolhidos pelo

conselho local trabalham como educadores, portadores de leis e, colaboradores com outros intervenientes na utilização dos recursos naturais.

Para serem fiscais comunitários não basta ser “filho” da zona; é necessário ter bom comportamento, não ter medo e ser conhecedor da mata local. Quanto ao sexo do fiscalizador, isto não é relevante, pois, durante o estudo existia um fiscal do sexo feminino. Em relação a idade não foi estabelecida nenhuma idade mínima nem máxima requerendo-se apenas que a pessoa goze de boa saúde e seja capaz de executar o trabalho sem restrições. Em relação nível de escolaridade foi referido que, o fiscal deve saber ler, escrever e falar português.

Em relação à participação da comunidade nas actividades do projecto, este depende do tipo de actividade e, isto passa a ser apresentado de seguida. A partir das entrevistas efectuadas e, das análises efectuadas, foram desenvolvidas pelo projecto as seguintes actividades cujo participação comunitária e o impacto das mesmas igualmente se apresentam.

Actividade 1: Capacitação das comunidades em matéria de conservação ambiental e dos recursos naturais (Gestão dos recursos naturais)

Os fiscais comunitários fazem a capacitação dos membros da comunidade em matéria ambiental, tendo em conta a importância da conservação do meio ambiente e dos recursos; o uso sustentável dos recursos naturais proibindo queimadas descontroladas; abate ilegal das árvores. Esta é feita através de encontros periódicos, visitas de troca de experiências entre as comunidades e alguns projectos da região.

A gestão dos recursos naturais é feita duma maneira conjunta, entre os que vivem no meio que são as comunidades, o projecto Tchuma Tchato e o sector privado (Africa hunt and Tour). Como atrás referido, os benefícios da gestão conjunta dos recursos naturais são repartidos para a comunidade em 33%, o projecto 32%, administrações distritais 20% e 15% para a fundo nacional do turismo. O sector privado beneficia-se pela cobrança aos turistas.

Participação comunitária

Durante os encontros de capacitação sobre o uso de recursos, a comunidade apresenta os seus pontos de vista e os seus conhecimentos tradicionais de como tem usado os recursos. Este conhecimento é aproveitado pelos fiscais do projecto e faz parte das mensagens. Tendo em conta este tipo de intercâmbio, definira-se que a comunidade tem o tipo de participação colaborativa (Biggs, 1989) ou participação interactiva segundo Pretty (1994).

Impacto da actividade

Antes do projecto a comunidade pouco sabia qual era o valor dos recursos naturais disponíveis na sua comunidade e, estes eram explorados duma maneira não sustentável. Existiam aqueles que praticavam a caça furtiva, o abate indiscriminado de árvores e queimadas descontroladas. Com a introdução do projecto a comunidade começa a valorizar os recursos naturais disponíveis e alguns “desmandos” que existiam já começam a escaciar. Segundo estruturas do projecto e membros da comunidade entrevistados a caça furtiva e o corte da madeira sem licença reduziu e, nota-se o aumento da população faunística e florística.

Actividade 2: Desenvolvimento comunitário

Como referido anteriormente, 33% dos benefícios provenientes da gestão dos recursos naturais são canalizados a comunidade em cada final do ano. Entretanto, a comunidade não recebe dinheiro como tal mas, deve desenhar um projecto social, ou seja deve chegar a um consenso sobre para que fim o dinheiro deve ser usado. Já foram identificados e construídos usando este sistema 1 escola primária, 1 moageira, aberturas estradas que dão acesso a comunidade, 1 fonte de água, 1 junta de bois e 1 loja para venda de diversos produtos e que é gerida pelo conselho local.

Participação comunitária

A comunidade organizada em conselhos locais discute e delibera quais as áreas prioritárias a investir com o dinheiro proveniente da gestão dos recursos naturais. Estas prioridades são depois apresentadas ao projecto que pode ou não aprovar tendo em conta a importância do proposto para a comunidade e para o bem dos recursos naturais que são o interesse do

projecto. Neste sentido, a participação comunitária é do tipo consultiva de acordo com Biggs (1989) assim como com Pretty (1994).

Impacto da actividade

Vários entrevistados referiram que as infra-estruturas acima mencionadas deram um novo dinamismo ao nível local. A abertura de vias de acesso permite uma melhor circulação de pessoas e, escoamento de produtos florestais e agrícolas. Isto teve um impacto no comércio ao nível local com os moradores a construírem várias bancas para a venda de diversos produtos. Em relação a moageira antes da existência desta o processo de transformação do milho em farinha era feita de forma manual através de pilão. Com a moagem o esforço físico das senhoras da comunidade na transformação de milho em farinha diminuiu. Da escola primária, os entrevistados referem que, agora as crianças podem estudar num sítio condigno e, isto aumentou a vontade por parte das crianças de irem a escola. A Junta de bois e carroça facilita o transporte de pessoas assim como o transporte dos produtos das machambas para as suas casas. Porém, 27% referiu que estas infra-estruturas sociais estão a beneficiar sobretudo os que estão directamente ligados ao projecto tais como os chefes.

Actividade 3: Controlo e fiscalização dos recursos naturais

O controlo e fiscalização dos recursos naturais consiste em ver quem é que está a explorar os recursos existentes localmente, em que quantidades e se tem autorização para fazer isso. A comunidade está instruída para informar aos fiscais de qualquer que seja o acto de exploração dos recursos sem o devido conhecimento quer das autoridades locais (o conselho local), quer do projecto ou do sector privado.

O controlo e fiscalização é regido pela lei e pelo regulamento de florestas e fauna bravia e, conta igualmente com a aplicação de leis e crenças locais¹. Dependendo do tipo de infracção aplicam-se diferentes tipos de penas. Se o infractor for uma pessoa conhecedora da lei ou uma pessoa informada aplica-se a lei de florestas e fauna bravia. Se o infractor for uma pessoa da comunidade e não conhecedora da lei, os conselhos locais de conservação dos recursos naturais decidem sobre o tipo de punição. A título de exemplo, durante o estudo, houve um indivíduo da comunidade que fez a caça ilegal e como punição foi mandado construir uma banca que neste momento está a funcionar como bem comum. Dum modo geral a punição para o indivíduo conhecedor da lei é mais pesada que para o não conhecedor.

Participação Comunitária

O controlo é feito tanto pelos fiscais assim como por todos os membros da comunidade. A comunidade comunica aos fiscais comunitários sobre a ocorrência de indivíduos que fazem a exploração dos recursos sem a devida autorização e, nalguns casos eles mesmo actuam sem precisar de comunicar o pessoal do projecto. De acordo com Biggs (1989) pode-se dizer que a participação comunitária é do tipo colaborativa visto que existe uma parceria entre a comunidade e o projecto. Se olharmos para o nível de controle comunitário proposto por Arnestein (1969) este encontra-se na responsabilidade compartilhada, mais concretamente no poder delegado.

Impacto da actividade

Todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que o controlo e fiscalização está a contribuir na redução da exploração desordenada dos recursos naturais. Segundo os entrevistados o número de caçadores furtivos diminuiu. Referem igualmente que são muito poucos os casos de queimadas descontroladas, e, reduziu igualmente a exploração da madeira sem autorização.

¹ Existem locais que por crenças locais não se pode fazer a exploração da fauna e da flora local sob pena de ser castigado pelos antepassados. Este tipo de mitos ajuda de certa forma no controle da exploração dos recursos naturais

Actividade 4: Licenciamento dos operadores faunísticos, pescadores artesanais e exploradores da madeira e lenha

Esta actividade consiste em indivíduos interessados em explorar os recursos existentes na região fazerem um pedido de licença junto a Direcção Provincial de Turismo ou a sua representante ao nível local (neste caso a unidade de Daque). Para os operadores sem licença são confiscados os seus meios até que regularizem a sua situação com o pagamento de multas e seu licenciamento.

Participação Comunitária

A Participação da comunidade nesta actividade é indirecta pois, quem a executa é o projecto e a direcção provincial de turismo. A comunidade simplesmente tem o papel de fiscalizadora, de modo que os operadores ilegais regularizem a sua situação, contribuindo para o aumento do valor das receitas que advém da exploração dos recursos. Sendo assim, a participação comunitária nesta actividade enquadra-se na colaborativa segundo Biggs (1989).

Impacto da actividade

Com o aumento de número de operadores licenciados, também as receitas colectadas aumenta, deste modo o valor no final de cada ano económico entregue a comunidade pela sua participação na gestão dos recursos naturais também aumenta, contribuindo deste modo para mais projectos sociais para o desenvolvimento de Daque. Em 1996 a comunidade teve um valor de 126 milhões de meticais e, os coordenadores do projecto referiram que os valores tiveram uma tendência a aumentar.

Actividade 5: Defesa de pessoas e bens

A defesa de pessoas e bens é feita através de uso de armas de fogo e uso de métodos não letais como cercado electrico, uso de piri-piri e excrementos.

Participação comunitária

A comunidade participa na defesa de pessoas e bens. Para além de comunicarem os fiscais em casos de aparição de animais nas machambas, eles usam métodos preventivos como é caso de piri-piri² para a protecção de outras culturas do ataque dos elefantes. Em casos extremos usa-se arma de fogo para o afugentamento ou abate dos animais quando invadem nas machambas. Isto portanto ajuda na conservação dos recursos. Nota-se portanto que há uma colaboração da comunidade na defesa de pessoas e bens e, desta forma a participação da comunidade é do tipo colaborativa usando os critérios de Biggs (1989).

Impacto da actividade

Quinze (15) entrevistados dizem que esta actividade é fundamental porque se ela não existisse ninguém haveria de conseguir colher algo das suas machambas por causa dos animais. Por outro lado, por causa do afugentamento os animais levam muito tempo para voltar a invadir nas suas machambas.

² O piri-piri é plantado cercado outras culturas de tal modo que, quando o elefante aparece para comer as culturas começa por piri-piri e, a não palatibilidade deste obriga o elefante a desistir.

LIMITAÇÕES DO PROJECTO REFERENTE À PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Segundo o constatado no estudo as principais limitações referente a participação comunitária são:

- *A comunidade dificilmente entende o bem comum*

Cada pessoa tem a sua maneira de pensar, seus objectivos, suas ambições e metas a atingir na vida por isso, algumas pessoas como referido acima continuam a querer explorar os bens comunitários de forma individual procurando maximizar os interesses pessoais.

- *conflitos internos*

Como igualmente referido acima alguns membros da comunidade acham que as infra-estruturas construídas para a comunidade estão a beneficiar sobretudo os chefes e, não a comunidade como um todo. Esta opinião que é comungada pela minoria dos entrevistados alicerça-se sobretudo na falta de transparência no uso dos fundos que os conselhos locais obtêm.

- *Diferença de discursos dos políticos e do projecto*

Em caso de estragos feitos pelos animais nas machambas os políticos aparecem a defender o abate dos animais, enquanto que o projecto prioriza a conservação animal daí, considerar que o primeiro passo é procurar afugentar os animais e, só em casos extremos optar-se pelo abate. Esta diferença de discurso torna o processo de sensibilização em momentos de estragos difícil e limita igualmente a participação da comunidade nos esforços de conservação.

- *Definição de políticas sem a participação comunitária e fraca dessiminação das mesmas*

Muitos dos entrevistados referiram que nunca foram consultados para dar o seu parecer sobre as leis que são traçadas no nível nacional mas, com impacto nas suas vidas tais como a lei de florestas e fauna bravia. Por outro lado, notou-se durante o trabalho de campo que há muito enfoque na fiscalização do que propriamente na disseminação da lei, o que

continua a fazer com que muitos dos entrevistados tivessem referido que não conheciam a lei nem de terra nem de floresta e fauna bravia.

- Aspectos culturais

Localmente a mulher não tem uma voz activa e, em muitos casos a sua participação em eventos locais é limitada por crenças locais. A título de exemplo as posições de chefia são normalmente ocupadas por homens e a sua participação em órgãos de decisão local é muito diminuta como pode-se testemunhar pela presença nos comités locais.

4.1.3. OUTROS INTERVENIENTES E SUA PARTICIPAÇÃO NAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROJECTO

Para além da comunidade, os outros intervenientes nas actividades desenvolvidas pelo projecto são:

- **O Estado** que desempenha o papel de facilitador nas leis e políticas; na identificação de parceiros e comparticipação na gestão dos recursos naturais.

O estado está dividido em duas componentes:

- **Técnica** - que tem a função de prestar ajuda a comunidade na parte técnica e representa o elo de ligação mais forte, devido ao seu papel preponderante na assistência e bom andamento do projecto.
- **Administrativa** - que tem a função de explicar a contribuição de cada operador, e representa o elo de ligação mais fraco, porque a gestão administrativa em relação aos recursos humanos, financeiro e outros é feita pelo projecto, deste modo o estado desempenha o papel de supervisor.
- **Sector privado** este desempenha um papel fundamental na obtenção de benefícios para a comunidade através de recepção de turistas, assim como na melhoria de infra-estruturas como por exemplo a abertura de estradas que foi efectuada pela Africa Hunt and Tour.

Neste momento o sector privado que opera na zona de estudo é a Africa Hunt And Tour, que recebe turistas que fazem a caça cinérgica, que é a caça que olha para os troféus, por exemplo matam o animal extraem a pele, chifres, etc., e a carne fica para a comunidade.

Entretanto a companhia participa igualmente na capacitação das comunidades em matéria de conservação, para além como acima mencionado, melhorar as infra-estruturas.

- Doador (Fundação Ford)

A Fundação Ford é uma fundação Norte Americana que vem trabalhando em Moçambique a mais de 10 anos tendo várias áreas de intervenção de destacar: Ambiente e Desenvolvimento, Desenvolvimento Comunitário, Direitos Humanos, Governação, Educação e Formação, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, Média, Artes e Cultura. Na Província de Tete a Fundação Ford esteve envolvida em algumas áreas sectoriais como a de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais através do Programa Tchuma Tchato, gestão da pesca artesanal, Turismo, cultura e comunicação social através de Rádios Comunitários.

No que diz respeito ao maneio comunitário dos recursos naturais a Fundação Ford foi o maior parceiro do Tchuma Tchato através de doações monetárias que eram efectuadas em tranches periódicos. Era através destas doações que o programa Tchuma Tchato conseguia pagar salários aos técnicos, ajudas de custos, manutenção de viaturas e compra de combustíveis e lubrificantes.

A partir de 2002 a Fundação Ford deixou de financiar o programa Tchuma Tchato passando este a ser suportado pelos fundos internos sob tutela da Direcção Provincial do Turismo. Desde este momento, o projecto passou a encarar sérios problemas em relação ao pagamento de salários aos fiscais comunitários, verbas para combustíveis e lubrificantes, manutenção e reparação de viaturas. Durante o trabalho de campo os meios circulantes estavam todos parados ora por avaria ou por falta de combustíveis. Portanto, a Fundação Ford participava nas actividades do projecto como um financiador de modo que os objectivos do projecto fossem concretizados.

4.1.4. PONTOS FORTES E FRACOS DA INTERVENÇÃO DO PROJECTO

Da apresentação e análise acima feita surgem como pontos fortes e fracos deste processo os seguintes:

Pontos fortes da intervenção

- É vista pela maioria dos entrevistados como uma forma eficiente de gestão dos recursos naturais;
- A comunidade se beneficia e fica motivada- do impacto das actividades, que foi acima descrito, nota-se que as pessoas estão felizes com o projecto e, que as mesmas querem continuar a trabalhar com ele;
- Aumenta o controlo dos recursos naturais- a participação aumentou o controlo sobre os recursos naturais visto que todos eles já fazem o controlo dos mesmos e que o abate indiscriminado das árvores e animais assim como as queimadas descontroladas reduziu em Daque;
- Divisão de tarefas- existe uma divisão de tarefa no seio dos intervenientes, quem faz o quê e onde termina as suas responsabilidades.
- Melhoria do bem estar da comunidade- a comunidade já tem escola, estrada reabilitada, moagem e, isto melhorou a maneira de viver dos membros da comunidade, que antes tinham que percorrer longas distancias para aceder a estes serviços básicos.

Pontos fracos da intervenção

- Fraca coordenação entre os políticos e o projecto;
- Fraca sustentabilidade do projecto, isto porque com a retirada do doador o projecto enfrenta graves problemas de recursos financeiros;
- Pouco monitoramento da gestão dos fundos entregues a comunidade;
- Falta de capacitação em matéria de gestão (transparente) de bens comuns e as suas vantagens.

4.1.5. CONFLITOS EXISTENTES E SUA RESOLUÇÃO

Os conflitos podem fracassar a implementação de um projecto participativo. Da avaliação feita a partir deste estudo nota-se que existem os conflitos:

Homem e Animal

Este constitui o conflito que mais preocupa a comunidade, visto que os animais fazem estragos nas suas machambas dizimando as suas culturas. Para a resolução deste conflito já existe arame na unidade de Daque para a vedação das machambas e áreas residenciais de modo a minimizar a invasão dos animais nas machambas dos camponeses. Porém continuam a existir os que acham que a solução seria o abate destes animais. Neste grupo se enquadram como referido neste trabalho, os que acham que não se beneficiam do projecto. É preciso porém que, os políticos nos seus discursos não incentivem este tipo de comportamento sob pena de criar mais conflitos entre o projecto e as comunidades assim como entre aqueles que ao nível da comunidade acham que os animais não devem ser mortos e, os que acham que devem ser mortos.

Sobre os benefícios do projecto

Este é um problema de carácter pessoal e, varia sob ponto de vista das pessoas. Durante a pesquisa notou-se que alguns entrevistados mostravam-se pouco satisfeitos porque eles sentiam-se marginalizados, e, segundo os mesmos, apenas os que estão directamente ligados ao projecto é que se beneficiavam do projecto. É difícil a resolução deste tipo de conflitos pois, em qualquer projecto de desenvolvimento existem os que se acham excluídos. O que deve-se fazer é redobrar os esforços no sentido de que com o tempo o número de pessoas que se sentem excluídas seja o menor possível e não com tendências a aumentar e isto passaria por exemplo por uma gestão mais transparente e por encontros alargados em que mais pessoas da comunidade participassem nos balanços das actividades desenvolvidas.

Poder de decisão sobre utilização dos recursos

Alguns membros da comunidade acham que ninguém tem poder de decisão sobre a utilização dos recursos porque os mesmos já existem desde dos tempos dos seus avós e que nunca acabaram. Eles nasceram os seus filhos e este também fizeram os seus mas, os

recursos continuam. “*estamos privados de utilizar os recursos que Deus criou*”. Este é um dos conflitos que o projecto encara, porém, está a diminuir com o tempo porque com o trabalho dos fiscais, na consciencialização da comunidade este começa a entender. É preciso redobrar esforços na consciencialização e, mostrar que muitos dos recursos que existem na comunidade são esgotáveis e, que, se as pessoas forem a fazer uma avaliação crítica poderão compreender que se todos quiserem explorar os recursos da maneira como cada um quiser, em pouco tempo os mesmos se esgotarão.

4.1.6. PERSPECTIVAS FUTURAS

Existem algumas perspectivas futuras quanto ao projecto. Os actores envolvidos na gestão dos recursos naturais em Daque tinham como perspectivas:

- Expansão do projecto para os distritos vizinhos, neste momento o projecto existe em Cahora-Bassa, Zumbo e Changara.
- Como forma de minimizar a crescente pressão na escola secundária e lar dos estudantes de Daque, a comunidade pretende construir uma escola secundária em Daque.
- A necessidade da criação de uma instituição bancária, visto que no distrito não existe nenhuma instituição bancária. Tendo em conta que no final de cada ano económico a comunidade recebe uma quantia “avultada” de dinheiro proveniente da exploração dos recursos naturais e, também ao facto de ser um distrito turístico os intervenientes acham que o distrito deveria ter um banco.
- Rever as taxas de abate dos animais, isto porque quando comparados com os países vizinhos como Zâmbia e Zimbabwe são relativamente baixas.
- Fazer planos de maneio e fazer o zoneamento das áreas de influência do projecto Tchuma Tchato.

5. CONCLUSÕES

- De uma maneira geral pode-se dizer que as actividades desenvolvidas pelo projecto Tchuma Tchato em Daque são: Capacitação das comunidades em matéria de conservação ambiental e dos recursos naturais; Desenvolvimento Comunitário; Controlo e fiscalização dos recursos naturais; licenciamento dos operadores turísticos, pescadores artesanais e exploradores de madeira e, defesa de bens e pessoas.
- Os resultados mostram que os intervenientes nas actividades do projecto são o Estado, a Comunidade, o Sector Privado (Africa Hunt and Tour) e Doadores (Fundação Ford).
- O tipo de participação comunitária predominante nas actividades desenvolvidas pelo projecto é o colaborativa usando a tipologia de Biggs (1989) e, interactiva usando a tipologia de Pretty (1994). Em relação ao nível de controlo florestal e usando a tipologia de Arnstein (1969) enquadra-se na responsabilidade compartilhada.
- Dum modo geral os resultados mostram que a participação foi sobretudo *como fim* porque as actividades procuram capacitar a comunidade e envolve-la de forma activa.
- O estudo mostrou que as actividades do projecto tiveram um impacto positivo visto que a comunidade já valoriza os recursos naturais e já os explora de forma mais cuidada. Para além disso, o projecto permitiu a construção de infra-estruturas sociais básicas como a loja, a escola, a moagem, a reabilitação de estradas que deram uma maior dinâmica ao nível local.
- O estudo mostrou que as principais limitações referente a participação comunitária referem-se ao facto de que a comunidade dificilmente entende o bem comum; há conflitos internos; há em alguns momentos diferenças de discursos dos políticos e do pessoal do projecto; há uma definição de políticas sem a participação comunitária e fraca disseminação das mesmas e, alguns aspectos culturais.

- O estudo mostrou que alguns pressupostos da filosofia de participação comunitária apresentados por Madope (1996) na gestão de recursos naturais tais como o nível de desenvolvimento sócio-económico que foi melhorado a partir de benefícios derivados da utilização dos recursos naturais; conhecimento e valorização de recursos naturais pela comunidade, verificam-se na prática no local de estudo.

6. RECOMENDAÇÕES

AO PROJECTO

- Recomenda-se ao projecto a melhorar a sua coordenação com os políticos de modo a harmonizarem os discursos;
- Com a retirada da Fundação Ford recomenda-se aos gestores do projecto que façam um novo plano de gestão financeira que crie uma sustentabilidade ao projecto;
- Durante as suas capacitações em matéria de conservação dos recursos naturais que enquadrem a disseminação das legislações e assuntos ligados ao associativismo e dilemas de bens comum.
- Recomenda-se que transmita a sua experiência a outras províncias.

A COMUNIDADE

- Que os membros dos conselhos locais procurem gerir os recursos alocados, sobretudo financeiros com transparência.
- Aos membros da comunidade para que se envolvam mais nas actividades do projecto e, deixem o espírito individualista que resulta num esgotamento de recursos para um espírito de benefício comunitário com implicações individuais positivas.

A FAEF

- Que os próximos estudos sobre a participação comunitária se dediquem a comparação de projectos de gestão participativa de recursos naturais de Países vizinhos.

- O pesquisador leve mais tempo no campo (mais de 6 meses) nas próximas pesquisas de modo a conseguir recolher mais dados e observar a participação dos vários intervenientes.

7. BIBLIOGRAFIA

- **Artur, L. 1999**, *SCF-UK: Actividades, participação e empoderamento da comunidade de Mocha*. Tese de licenciatura, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, UEM, Maputo.
- **Campfire Annual Report (1993)**, Hurungwe Rural District Council - Zimbabwe
- **Dias, M., Filimão, E. & Mansur, E. 1998**, *Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais: Memórias da 1ª conferência nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*, MAP-DNFFB, Maputo.
- **Filimão, E., Mangué, P. & Magane, S. 2000**, *Tchuma-Tchato: Os prazeres, os pesares e as ambiguidades de uma experiência de maneio comunitário dos recursos naturais em Moçambique*, Série sistematização- Doc. n 2, MADER. Maputo.
- **Jeremias, T. 1999**, *Participação comunitária no Projecto CCGRN da Helvetas em Matutuine*, Trabalho de licenciatura, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, UEM, Maputo.
- **José, R. 2000**, *Uso de recursos naturais para a sobrevivência das Famílias rurais (Resultado dum Inquérito em 4 comunidades nos Distritos de Tsangano, Monapo, Matutuine e Guijá*, Trabalho de licenciatura, FAEF-UEM, Maputo.
- **Madope, A. 1996**, *Projecto Tchuma-Tchato: Conferência sobre gestão de recursos naturais com participação comunitária*, MADER. Tete.
- **Magane, S & Banze, C. 2001**, *Agentes comunitários de conservação (Memórias do Seminário Nacional para intercâmbio de experiências entre agentes Comunitários de Conservação)*, MADER/DNFFB, Maputo.
- **Matakala, P. & Mushove, P. 2001**, *Arranjos institucionais para o maneio comunitário dos recursos naturais (MCRN): Perfis e análise de 42 iniciativas de MCRN em Moçambique*, MADER-Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET, Maputo.
- **Matakala, P. 1998**, *Guião para trabalhadores de campo e investigadores em maneio florestal comunitário*

- **Matakala, P. 2001**, *Curso sobre métodos qualitativos de investigação em manejo comunitário dos recursos naturais (MCRN)*, MADER/DNFFB, Maputo.
- **MISAU/MPF 1997**, *Perfil distrital de segurança alimentar e nutrição: Mágoè- Tete*
- **Patton, M. Q. 1990**, *Qualitative Evaluation and Research Methods*. Second edition. SAGE PUBLICATIONS, USA.
- **Pijnenburg, B. & Cavane, E. 1998**, *Métodos e Técnicas de Investigação Sócio-Económico*- Apontamento das aulas, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, UEM, Maputo.
- **Schmink, M. 1999**, *Marco conceitual sobre gênero e conservação com base comunitária*; in: <http://www.tcd.ufl.edu>.
- **Sechene, E. 2001**, *Participação comunitária em intervenções de emergência através de comités de desenvolvimento local (CDLs): Um estudo de caso do posto de Save-Machaze no contexto do ciclone Eline e Cheias do rio Save*, Trabalho de licenciatura, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, UEM, Maputo.

ANEXOS

Anexo 1: GUIÃO DE ENTREVISTAS

Anexo 2: MAPA DO DISTRITO DE MÁGOÈ

Anexo 3: MAPA DA COMUNIDADE DE DAQUE

Anexo 4: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA LOCALIDADE DE DAQUE

ANEXO 1

GUIÃO DE ENTREVISTA

PARA O PESSOAL DO PROJECTO

1. Local: _____
2. Data: _____
3. Nome: _____
4. Qual é cargo que ocupa no projecto?
 - a) Coordenador ()
 - b) Técnico ()
 - c) Fiscal ()
 - d) Outro ()
5. Quais são os interesses/objectivos do projecto?
6. Que actividades são desenvolvidas e como as mesmas são implementadas?
7. Onde são implementadas e porquê nestas zonas?
8. Como cada interveniente participa nas actividades?
9. Porque participa?
10. Quando participa?
11. Quais são os principais recursos naturais existentes?
12. Como é feita a sua exploração?
13. Quem explora esses recursos?
14. A comunidade está envolvida no maneio dos recursos naturais?
15. Como é que é feito?
16. Quais são as normas/regras controlam o uso dos recursos?
17. Quais são os pontos fortes e fracos da participação de cada interveniente?
18. De que modo é organizada a comunidade Local?
19. Quem é que a organiza?
20. Quais são as limitações do projecto quanto a participação dos intervenientes?

PARA INFORMANTES CHAVE

1. Local: _____
2. Data: _____
3. Nome: _____
4. Posição na comunidade
 - a) Líder comunitário ()
 - b) Régulo ()
 - c) Fumos ()
 - d) Outros _____
5. Quais são os recursos existentes na comunidade?
6. Há pessoas de fora que vem para explorar os recursos?
Sim () Não ()
No caso de Sim
 - a) Quais são os recursos Naturais?
 - b) Para que Fins?
 - c) De onde vêm?
7. Existe alguma forma de exploração dos recursos?
8. A comunidade valoriza os recursos naturais?
Sim () Não ()
Se sim como? _____
9. Existe melhoria do nível de vida a partir dos benefícios derivados da utilização dos recursos naturais?
10. Quais são os dispositivos legais que regulam o a utilização dos recursos naturais?
11. Quais são as instituições que trabalham na comunidade?
12. Quais são as actividades do projecto Tchuma-Tchato?
13. A comunidade participa nas actividades?
14. Como participa?
15. Quem participa?
16. Que diferenças vê entre o período antes e depois do projecto?

17. Quais são os diferentes grupos existentes na comunidade?
18. Quais são as estruturas administrativas na comunidade/
19. Quais são os limites geográficos?

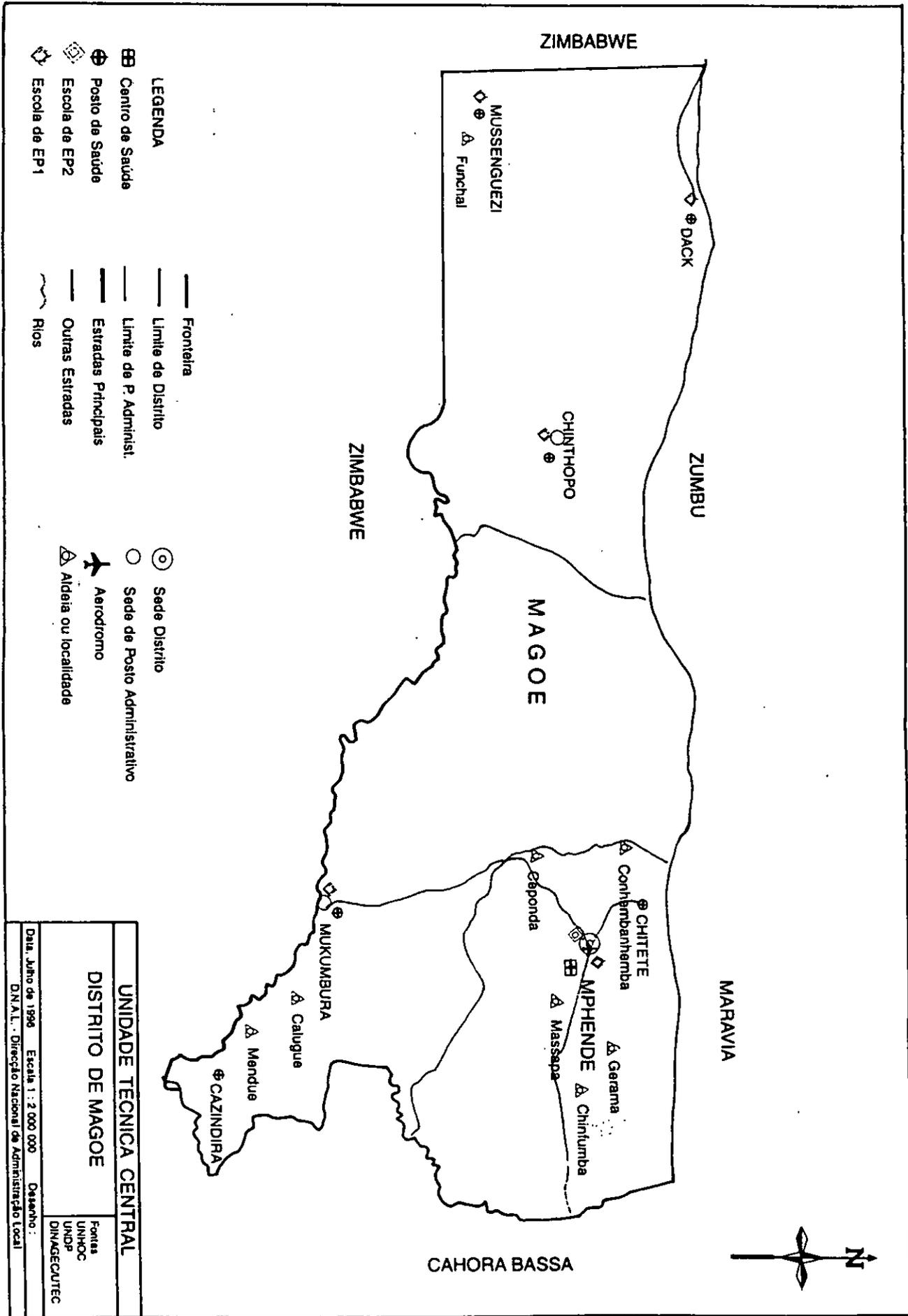
PARA A COMUNIDADE LOCAL

1. local: _____
2. Data: _____
3. Nome: _____
4. Sexo: M () F ()
5. Idade: 18-25 () 26-35 () 36-45 () >46 ()
6. Posição na família:
 - a) Esposo ()
 - b) Esposa ()
 - c) Filho ()
 - d) Outro () Qual? _____
7. Sabe da existência do projecto Tchuma-Tchato?
 Sim () Não () Se não porque?
8. Participa em alguma actividade do projecto Tchuma-Tchato?
 Sim () Não () Se não Porque?
11. Quais são as actividades?
12. Como participa?
13. Porque participa?
14. Quando participa?
15. Já participou na tomada de decisão sobre algumas actividades?
 Sim () Não () Se não porque?
16. Como são feitas as decisões?
17. Existe alguma forma de exploração dos recursos por vocês?
 Sim () Não ()
 (No caso de sim)
 - a. Como é feito esse maneiio?
18. Quais são as normas/regras que regem o uso dos recursos ao nível local?
19. Que benefícios são tirados do projecto?
20. Quem se beneficia?
21. Quem é prejudicado?

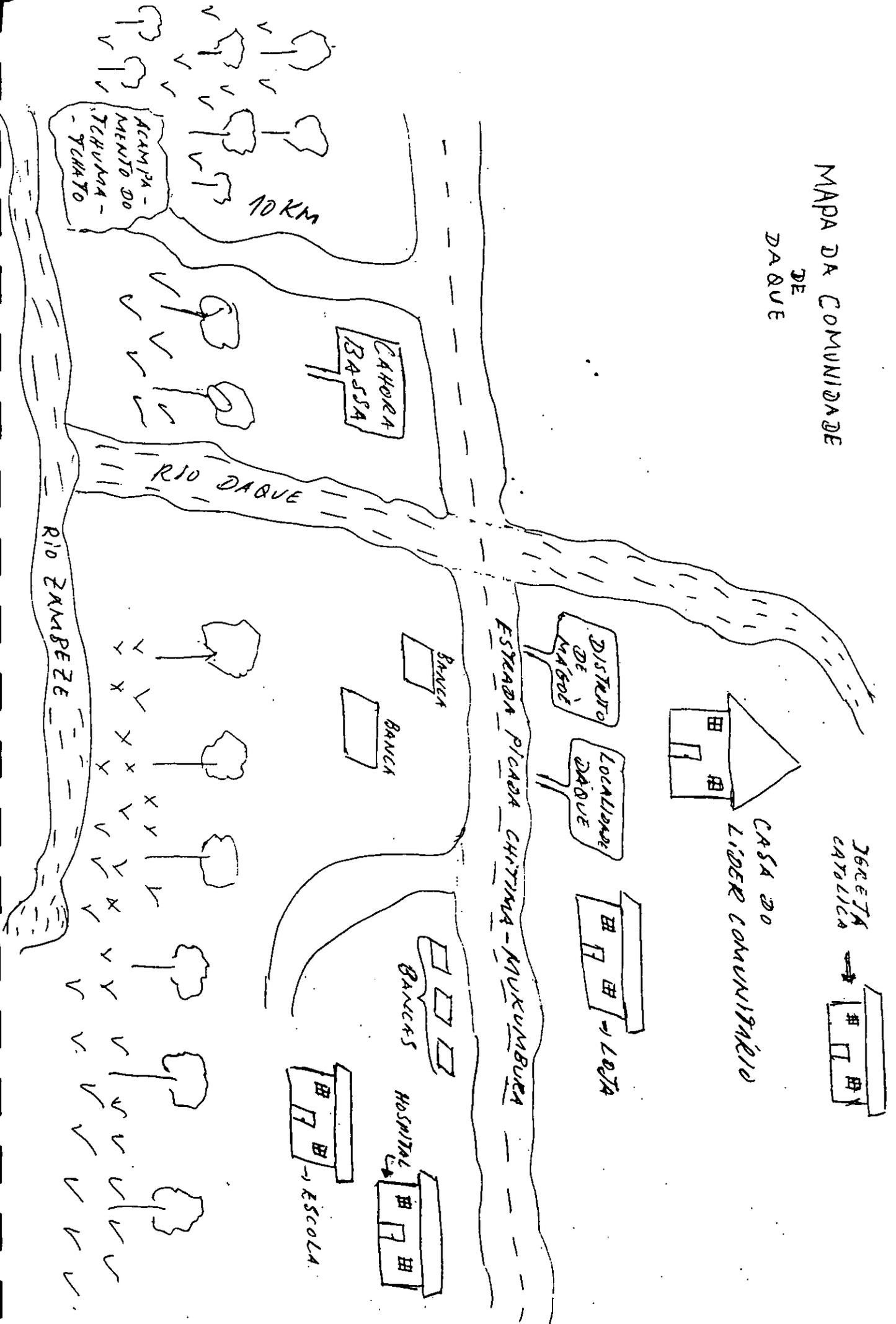
22. Quais são os pontos fortes e fracos na participação?
23. Como ultrapassar os negativos?
24. Que diferenças vê entre o período antes do projecto e actualmente?
25. Qual é opinião geral sobre o projecto?

PARA OUTROS INTERVENIENTES

1. Local: _____
2. Data: _____
3. Nome: _____
4. Tipo de empresa:
 - a) ONG's ()
 - b) Privada ()
 - c) Estatal ()
 - d) Outro ()
5. Qual é o nome da empresa?
6. Quais são os principais recursos existente?
7. Desenvolvem alguma actividade com o projecto?
Sim () Não ()
(No caso de sim)
Que actividades?
8. Vocês estão envolvido no maneio dos mesmos?
Sim () Não ()
(No caso de sim)
 - a. Como é que é feito?
9. Já Participou na tomada de decisão sobre algumas actividades do projecto?
Sim () Não () Se não porque?
10. Como são feitas as decisões?
11. Quais são as normas/regras que controlam o uso dos recursos?
12. Quais são as dificuldades que enfrentam no seu trabalho com a comunidade local?
13. Quais são os pontos negativos e positivos do projecto?
14. Como ultrapassar os negativos?
15. Quais são os benefícios que tiram do projecto?
16. Que diferenças vê entre o Período antes do projecto e actualmente?
17. Qual é a opinião geral sobre o projecto?



MAPA DA COMUNIDADE DE DAQUE



ANEXO 4

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA LOCALIDADE DE DAQUE

